

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CAFUNDÓ

EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DEL CAFUNDÓ

OUTH AND ADULT EDUCATION IN QUILOMBOLA CAFUNDÓ COMMUNITY

Carlos Henrique Oliveira DIAS¹
Regina ROSSETTI²
Maria do Carmo ROMEIRO³

RESUMO: O intuito desse artigo é discutir a educação e indicar sua precarização na Comunidade Quilombola do Cafundó, localizada em Salto de Pirapora, na região de Sorocaba (SP), Brasil. Observa-se que mesmo com bastante resistência, ainda há moradores na comunidade que primam e buscam manter acesos os costumes, sua cultura e tradições, oriundos de seus ancestrais, seja na forma de dialetos, na permanência e prática de cultos e ritos ou ainda das lendas e histórias. Verifica-se também a necessidade de implantação de novas políticas educacionais que abranjam não só o âmbito urbano, mas também todo e qualquer território – seja ele rural, de assentados ou de tribos.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Educação. Políticas. Precarização. Quilombolas.

RESUMEN: *El artículo tiene como objetivo estudiar la educación y su precarización del Comunidad Quilombola do Cafundó, acerca de Sorocaba (SP). Observase que mismo con mucha resistencia, hay aún una parte de la población en comunidad que cuidan e mantienen fuertes sus costumbres, su cultura y tradiciones que viene de sus antepasados, sea en forma de dialectos, sea en la permanencia de cultos y rituales religiosos o aún de las leyendas e historias. Todavía hay la necesidad de implantación de nuevas políticas educacionales que alcances no solo ámbito urbano, pero si todo y cualquier territorio – sea el rural, sin tierra o tribus.*

PALABRAS CLAVE: *Cimarrones. Cultura. Educación. Políticas. Precarización.*

¹ Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Caetano do Sul – SP – Brasil. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0001-7862-9456>>. E-mail: cdias_cdias@yahoo.com.br

² Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Caetano do Sul – SP – Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-3219-4570>>. E-mail: rossetti.regina@uol.com.br

³ Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Caetano do Sul – SP – Brasil. Professora do Programa de Pós-graduação em Administração e do Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado Profissional de Gestão e Docência Educacional da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-3158-7903>>. E-mail: mromeiro@uscs.edu.br

ABSTRACT: *The purpose of this article is to discuss education and indicate their precariousness in the Quilombola Cafundó Community, located in Salto de Pirapora, in the region of Sorocaba (SP), Brazil. That same is observed with a lot of resistance, there are still living in the community who care and seek to maintain the lit customs, culture and traditions, derived from their ancestors, whether in the form of dialects, the permanence and practice of cults and rites or the legends and stories. It is also a need to implement new educational policies covering not only the urban areas, but also any and every territory - be it rural, settlers or tribes.*

KEYWORDS: *Culture. Education. Policy. Precarious. Maroon.*

Introdução

Embora o tema seja relevante e tenhamos ouvido falar bastante em educação bilateral e transversal, ou seja, temas que não estão listados pela LDBEN (Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional), porém deva ser trabalhada como gêneros, etnias, história afro-brasileira, entre outros, ainda há muito a se realizar quando tratamos de educação rural e principalmente da educação de comunidades quilombolas. Estudos realizados pelo MEC (Ministério da Educação) apontam que em todo o território nacional existam mais de mil e quatrocentas comunidades espalhadas em todos os estados, concentrando-se nas regiões ribeirinhas e no nordeste brasileiro.

Antes de qualquer coisa, precisamos entender primeiramente como a educação está organizada no Brasil. No quadro de responsabilidades da estrutura educacional, podemos afirmar que nos artigos 17, 18 e 19 da LDBEN, defendem que a educação escolar no país está pautada em três pilares: os sistemas mantidos pela União, os mantidos pelos estados e Distrito Federal e os sistemas municipais de ensino. Cada qual abriga seu sistema de ensino: a União, com o sistema federal de ensino (instituições de nível médio, técnico e superior – públicas e privadas), estados e Distrito Federal, o sistema estadual de ensino, mantendo instituições de todos os níveis entre públicas e privadas e os municípios com unidades escolares que abrangem a educação infantil, incluindo as séries iniciais e o ensino fundamental.

Se analisarmos o cenário educacional de 1961 a 1996 observaremos que organização estrutural da educação estava amparada pela Lei 4.024 de 1961, ano da primeira LDBEN, pela Lei 5.540 de 1968, que trata da reforma do ensino superior, pela Lei 5.692 de 1971, que aborda a reforma do antigo ensino de primeiro e segundo graus e pela Lei 7.044 de 1982, que modificou os artigos da Lei 5.692/71 que abrange o ensino profissionalizante no atual ensino médio. Com a promulgação da Carta Magna

de 1988, algumas alterações foram realizadas, não somente no que já existia e também não pela mudança das nomenclaturas como a alteração de ensino de primeiro e segundo graus para ensino fundamental e médio respectivamente, por exemplo, não questões mais abrangentes e não menos importantes (LIBÂNEO, 2006). Assim sendo, fica mais clara a precarização da educação no Cafundó se relacionarmos o que prevê a lei e o que ocorre na realidade.

A Comunidade Quilombola do Cafundó, localizada no interior de São Paulo, foi alvo de muita especulação da imprensa ao final da década de 1970, quando antropólogos como Peter Fry e Carlos Vogt, pesquisadores e principalmente a mídia internacional (como a BBC de Londres, por exemplo), “invadiram” o local, já que na comunidade, predominava-se uma língua própria de seus nativos – a **cupópia** – e esta era de extrema importância para tais pesquisadores.

Apesar de na época a preocupação da imortalização dessa língua, com a continuidade da cultura afro no local, ser constante, com o passar do tempo, o quilombo parece ter sido esquecido, tanto pelos pesquisadores e mídia, como pelas autoridades locais e também no âmbito estadual e federal. Diferentemente do que se imagina, a precarização da educação no local é vasta, tendo os alunos que caminhar cerca de oito quilômetros, todos os dias, para chegarem até a escola mais próxima, pois esta fica na zona urbana da cidade de Salto de Pirapora.

Por um trabalho de pesquisa bibliográfica e etnográfica, pode-se perceber que, aos poucos, o Cafundó vem perdendo suas raízes e, conforme já mencionado, a escola fica bastante distante da comunidade, a evasão escolar é bastante significativa. Ao questionar o Secretário Municipal de Educação de Salto de Pirapora sobre a inexistência de um núcleo escolar dentro do quilombo, este relata que além da falta de incentivo do poder público, ainda há outro impedimento: o da legalização de terras. Segundo o ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo), o Cafundó está em meio a uma acirrada disputa pela posse das terras, já que estas foram doadas pelos antigos proprietários aos primeiros moradores da região e que vem sendo constantemente questionada pelos fazendeiros das redondezas e pelos “grileiros” da região.

Não obstante, o investimento em outras infraestruturas locais como saúde, geração de renda, entre outros, também é precário. Apesar de tantos problemas sociais enfrentados pelo Cafundó, ainda se percebe, mesmo que timidamente, traços culturais de seus ancestrais que podem ser vistos na religião, na dança e em uma festa popular

anual, que acontece durante todos os finais de semana do mês de maio (a de Santa Cruz), que reúne os moradores e alguns visitantes de outras cidades.

Além de coletar informações relevantes nos aspectos culturais, o objetivo principal desse artigo é mostrar a precarização da educação na Comunidade Quilombola do Cafundó, bem como as dificuldades vividas pela população para o acesso à escola. Temas como evasão escolar, a dificuldade da escolarização de crianças e jovens que estão fora da escola, bem como os adultos sem a conclusão dos estudos da educação formal, dificuldades entre os poderes públicos municipal, estadual e federal, também são motes dessa pesquisa.

O presente artigo, bem como seu objeto de estudo, justifica-se pelo fato comprovado de pesquisa etnográfica apontar a inexistência de um núcleo ou polo de educação formal dentro da Comunidade Quilombola do Cafundó. Justifica-se ainda como tema de extrema relevância no que tange à angariação de informações acerca da evolução (ou não) da educação de grupos minoritários étnico-raciais para o alcance da erradicação ou valorização da escolarização como preocupação nacional.

Para realizar o referido trabalho, utilizamos a pesquisa de campo etnográfica como metodologia, que permitiu uma visualização ampla e concreta do objeto de estudo que é a precarização da educação no Quilombo do Cafundó, quebrando paradigmas de informações coletadas há mais de três décadas (VOGT; FRY, 1982). Como apoio para a pesquisa, utilizamos referenciais bibliográficos para confrontar o que realmente ainda é realidade e o que mudou na comunidade Quilombola do Cafundó.

Não foi possível identificar uma teoria específica utilizada pelo corpo educacional, já que os discentes estudam em escolas regulares que utilizam a educação tradicional do estado de São Paulo, ou seja, aquela adotada pelo neoliberalismo na metade da década de 1990, onde o desenvolvimento e a progressão do aluno se dão pela construção do conhecimento a partir da sua vivência e aspectos de seu cotidiano.

A comunidade Quilombola do Cafundó

A cento e cinquenta quilômetros de São Paulo, na cidade de Salto de Pirapora, na região de Sorocaba, localiza-se a Comunidade Quilombola do Cafundó. Cafundó, na língua cupópia, significa longe, distante. Esta comunidade foi redescoberta por antropólogos e pesquisadores no ano de 1978, devido à grande procura de material para estudos etnográficos. Suas características eram peculiares dentre outros quilombos,

como os encontrados no Vale do Ribeira ou ainda no nordeste do país: as casas, a maioria de pau-a-pique (casas construídas com trançado de bambu e barro), ficavam em semicírculo, lembrando muito as construções de uma tribo (FRY, 1982). Sua trajetória deu-se ainda em 1888, um pouco antes da abolição da escravidão, quando um casal de ex-escravos foi presenteado pelo seu ex-dono com um lote de terras. Sr. Joaquim do Congo e sua esposa D. Ricarda, os ex-escravos, posteriormente trocaram esse lote de terras por outro, onde hoje se localiza o Cafundó. Basicamente a comunidade se divide em duas famílias: os Almeida Caetano e os Pires Cardoso – famílias estas formadas pelas duas filhas do casal citado, Antônia e Ifigênia, que permaneceram morando no assentamento (FRY, 1982). A formação das famílias dava-se principalmente entre membros do Cafundó e da comunidade vizinha, Caxambu, que já não existe mais nos dias atuais, logo, a mistura entre sua população foi crescendo e dando origens a outros indivíduos da comunidade, como aponta a genealogia parcial das famílias, conforme indica o Relatório Técnico-Científico (RTC) do ITESP. A relação entre as duas comunidades era intensa e amigável, e a maioria de seus moradores casava-se entre si e, dessa maneira, aumentava um pouco mais a comunidade do Cafundó.

A expectativa era poder ver e conhecer de perto a comunidade que estávamos pesquisando. Havíamos marcado encontro com o Sr. Tarcício, Secretário Municipal de Educação, de nos encontrarmos para irmos até a comunidade. Chegar à cidade de Salto de Pirapora é um pouco difícil, pois são várias as rodovias e o acesso acaba ficando um pouco mais complicado. Não podia me atrasar, pois eu havia sido advertido de que estava na época do plantio de milho e não teriam muito tempo para nos receber.

Primeiro, adentra-se por uma estrada vicinal para depois entrar direto na estrada de terra, já que o Cafundó fica na zona rural da cidade. Uns trinta minutos de estrada quando entramos por uma trilha e visualizamos a placa que indicava “**Quilombo Cafundó**”. Pudemos observar que o objeto de estudo estava bem próximo a nós: tudo o que havia pesquisado em livros, sítios da rede mundial de computadores, estava se realizando, afinal eu estava ali. Pedi ao Sr. José que parasse o carro para que pudesse fotografar e eternizar esse momento.

As construções atuais (casas) nada lembram o que um dia foi um quilombo: as casas, já de alvenaria, tomaram o lugar das construções rústicas e também já não estão mais dispostas em círculos, o que em seus primórdios lembrava uma aldeia, retratada por Peter Fry em suas pesquisas na década de 1980, como afirma em sua obra “*Para inglês ver. Identidade e política na cultura*”:

As 11 casas de pau-a-pique e barro batido que abrigam essa população estão dispostas mais ou menos circularmente numa figura que de certo modo reproduz, em escala menor e no seu interior, o próprio desenho que os quase 8 alqueires de propriedade legal da comunidade formam em seus limites. (FRY, 2012, p. 117)

Atualmente, a única casa original construída de pau-a-pique funciona como uma pequena loja onde é produzido o artesanato local. Pudemos observar tamanha diversidade na produção do artesanato: eram bonecos, santos, casais de preto-velhos, estandartes, enfim, uma variedade grande de produtos originais e que qualquer visitante gostaria de levar como souvenir do Cafundó. Praticamente todo o artesanato é produzido à base de palha de milho seca como matéria-prima, resultando em trabalhos diferentes e ao mesmo tempo bonitos.

Finalmente fui apresentado aos três moradores que nos aguardavam: Marcos, Juvenil e Aauto. São irmãos e descendentes diretos de Joaquim e de Ricarda – netos de D. Ifigênia. Atualmente, Marcos é o líder do Cafundó, sendo ele o representante legal para todas as questões que envolvem o Quilombo do Cafundó e suas necessidades. Ele também é responsável pela organização e desenvolvimento da comunidade. O Marcos tem 52 anos, o mais novo, o mais tímido entre os irmãos e o que mais estava “ressabiado” com nossa presença, porém isso não impediu que tocássemos longas conversas sentados ao meio-fio do alpendre de sua casa. O ar desconfiado advém de um passado cheio de especulações por parte de pesquisadores e imprensa do passado. Assim como mencionei, o que foi grande alvo de pesquisas e curiosidades no passado, nos dias atuais poucos são os que se lembram de lá. O Senhor Juvenil, 54 anos, é o mais falante e o responsável pela agricultura no local. Atualmente a comunidade cultiva algumas culturas, como milho, alface e bananas que os servem como subsistência e o excedente é vendido na região. Aauto, o irmão mais velho, tem 64 anos e assim como os demais, também já foi líder no Cafundó.

Dentre as 24 famílias que formam a comunidade, em quatro delas, além da agricultura, mantém criação de porcos e em todas as outras a criação de galinhas para o consumo interno também está presente. Segundo informações que obtive da Sra. Amanda, com a promulgação da Lei 11.497/2009 – que determina que parte da aquisição da merenda escolar deva ser através da cultura familiar – o intuito da Secretaria da Educação era fechar um contrato com o Cafundó para fornecimento desses insumos, porém, ainda segundo Amanda, havia o receio de uma desestruturação e falta de experiência da comunidade os levassem à quebra de contrato, o que resultaria no

pagamento de multa. Para o Sr. Juvenil esse foi um argumento utilizado pela prefeitura para que não fosse liberado nenhum tipo de investimento agrícola no local, logo, estão trabalhando como podem, com seus próprios recursos.

A educação quilombola do Cafundó e suas dificuldades

Assim como nas demais comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil, o Cafundó possui suas particularidades em relação à educação, tanto no que diz respeito à educação básica quanto à educação arraigada nas tradições africanas. O Cafundó tornou-se fonte permanente de pesquisas por conta da língua que alguns utilizam na comunidade – a **cupópia** –, fator este que criou a identidade do quilombo. A princípio a cupópia além de ter sua função verbal e de comunicação entre os cafundoenses, também era conhecida como “língua secreta” já que é uma maneira de dialogarem sem que alguém que não seja da comunidade entenda o que conversam. A maneira secreta de como a cupópia é utilizada cumpre uma função lúdica, já que agindo dessa maneira preservam suas raízes e sentem-se também destacados como afrodescendentes sendo seres superiores a toda degradação social que são submetidos (VOGT, 1996).

Embora a temática sobre os negros e suas diversas manifestações culturais estivesse em voga, não havia mudanças nas políticas públicas voltadas aos negros. Já ao final da década de 1970 o Cafundó começou a ser muito procurado para pesquisas sobre a já falada cupópia e sobre suas origens, e chegou a circular o mundo através das mídias na época (Veja, Isto É, Rede Globo, TV Rede Bandeirantes, e até uma emissora japonesa e a BBC de Londres).

Hoje não são todos os moradores que conhecem ou dominam a cupópia, pois esta, com o passar do tempo e a miscigenação que há, está quase “caindo” no esquecimento, o que conflita com alguns materiais encontrados para pesquisa, já que alguns afirmam a resistência da língua e outros afirmam exatamente o oposto. Segundo informações obtidas com Tarcício, Diretor Municipal de Educação de Salto de Pirapora, as crianças que hoje vivem no Cafundó pouco conhecem, a não ser nomes de alimentos e alguns objetos ou brincadeiras, todas oriundas de seus pais ou avós. Os mais velhos ainda conversam no idioma, mas também não são todos que o dominam.

Os irmãos Adauto, Juvenil e Marcos são três dos poucos moradores do Cafundó que falam cupópia fluentemente e tentam a todo custo manter a tradição viva dos costumes e tradições africanas, incluindo a cupópia, e procuram “catequizar” os mais

novos no idioma, porém encontram resistência dos pequenos que, embora com mais dificuldade para o acesso, já nasceram na onda do capitalismo acentuado onde o avanço tecnológico provoca mais interesse, já que fora da comunidade, nas regiões urbanas, possuem acesso a essas tecnologias como a rede mundial de computadores bem como redes sociais, etc. Marcos nos deixou isso muito claro e, com certo ar de tristeza, lamenta pelos mais novos estarem tão presos às novas tecnologias que acabam por afastá-los das raízes. Esse é um ponto que temos em comum com os grupos ditos urbanos, já que o uso frequente da internet pode promover a educação, ou também ir contra ela, alienando o indivíduo, fazendo-o desvalorizar os costumes e tradições, sejam de sua família ou do meio onde vivem (DIAS, 2009).

A comunidade ainda conta com o apoio de Zenaide, moradora e educadora social que busca manter as tradições dos antepassados, seja no aspecto cultural (como danças, festas, celebrações, culinária, entre outros), religioso e, embora não tenha nenhum material específico que trate do Cafundó, a educação. Dificuldades essas que já foram apontados por Petter em seu artigo “Línguas africanas no Brasil” (2005):

As línguas negro-africanas, transplantadas para o Brasil há quase quinhentos anos, sobrevivem hoje sob forma de *línguas especiais*, ou seja, como modos de falar próprios de uma faixa etária ou de um grupo de pessoas dedicadas a atividades específicas. [...] Não se apresentam mais como línguas plenas, mas revelam traços de seu longo e intenso contato com o português. (PETTER, 2005, p. 194)

Logo se vê que a tentativa de perpetuação da cupópia não é algo novo e de certa maneira esbarra nos obstáculos oriundos da contemporaneidade. Atualmente, o que nos fica claro é que línguas como a cupópia, são tratadas simplesmente como dialetos, o que nos dá a falsa impressão destas estarem restritas somente a cultos e ritos de religiões como a umbanda e o candomblé ou como “língua secreta”, adjetivo este que já foi atrelado ao povo do Cafundó (PETTER, 2005).

O sonho dos irmãos Adauto, Juvenil e Marcos, bem como para D. Zenaide, e que gostariam de realizar, seria ter uma escola dentro da comunidade. Segundo Zenaide seria essa a oportunidade de atrelarem a educação básica com a continuidade da cultura e das tradições do Cafundó – inclusive o ensino e prática da cupópia. Zenaide afirma ainda que a ajuda que recebem da prefeitura no campo educacional limita-se ao transporte público e mesmo assim somente quando há condições climáticas favoráveis, já que com chuva muito intensa, o transporte coletivo não consegue percorrer pelas ruas de terra da comunidade.

A educação básica dentro da comunidade do Cafundó é inexistente e quem observa de fora tem a impressão de que é um pouco esquecida. A comunidade não possui núcleo escolar em seus lotes, tendo as crianças que deslocar-se para estudar em escolas dos centros urbanos e, em alguns casos na cidade mais próxima (Pilar do Sul, a doze quilômetros). A escola mais próxima do Cafundó fica a 10 km da comunidade e as crianças vão até ela com transporte cedido pela prefeitura da cidade de Salto de Pirapora, comarca responsável pela comunidade. Segundo o Diretor Municipal de Educação da Cidade, Tarcício Benedito de Camargo, as crianças em idade escolar do Cafundó são atendidas em uma escola da rede municipal e em parceria com duas escolas da rede estadual de ensino em área urbana da cidade. Na Escola Estadual da Barra funcionam as séries iniciais do ensino fundamental (regido pela Secretaria Estadual de Educação). Essa mesma unidade escolar cede duas salas de aula ao município para a primeira e segunda fase das séries pré-escolares, que é regida pela Escola Municipal de Educação Infantil Quintas de Pirapora.

Fato impressionante é que a Escola Estadual da Barra fica a quatro quilômetros do Cafundó, porém nessa escola não há alunos da comunidade matriculados no ensino fundamental, tendo somente quatro alunos matriculados nas séries pré-escolares. Outra unidade que assiste a comunidade é a Escola Estadual Jardim Primavera, localizada a dez quilômetros do Cafundó e em zona urbana e nela são oferecidas as séries finais do ensino fundamental (a partir do sétimo ano) e as classes de primeiro e segundo ano do ensino médio (não há alunos que estejam no terceiro ano do ensino médio). O total de moradores do Cafundó que estudam nessa unidade escolar soma trinta. Quinze nas séries finais do ensino fundamental e quinze no ensino médio, o que tem baixa representatividade já que a escola possui cerca de novecentos e setenta alunos, ou seja, os remanescentes quilombolas são somente 1,54% do corpo discente da unidade escolar.

Quando nos referimos a Educação de Jovens e Adultos, podemos sentir a dimensão da precarização educacional que possa favorecer a comunidade. Não existe núcleo específico para esse público. Das famílias residentes na comunidade, existe cerca de cinquenta pessoas acima de dezoito anos que não concluíram a Educação Básica e estão fora dos bancos escolares, pelo simples fato de não existir um programa que ampare esse público (CEEJA, EJA, PROEJA). Se para crianças em idade escolar a situação demonstrou-se crítica, para jovens e adultos o cenário é ainda mais crítico, pois não há na comunidade – tampouco próximo a ela – nenhuma escola que oferece essa

modalidade de estudo. E para elucidarmos essa questão, podemos nos apoiar na literatura:

No passado como no presente a educação de jovens e adultos sempre compreendeu um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 108)

Ao tratarmos da educação para uma população quilombola, assim como qualquer população de matriz tribal, devemos nos ater ao modo de vida desse grupo social, uma vez que a educação não está presente somente na sala de aula. O processo educacional muitas vezes acontece na família, nos locais de trabalho, nos meios religiosos e nos dias atuais, com o avanço tecnológico em todo e qualquer meio de comunicação e informação (HADDAD; PIERRO, 2000). Assim, nos ficou claro que a educação num modo geral tem um longo e extenso caminho a percorrer no que tange à formação de populações de matrizes tribais, ou como são conhecidas atualmente, minorias.

Considerações finais

Diante do exposto e do que foi observado, podemos afirmar que ainda há muito que se fazer para que a educação de jovens e adultos na Comunidade Quilombola do Cafundó se consolide. Das famílias residentes nos quilombos, poucos são os que concluíram o Ensino Fundamental, quiçá, o Ensino Médio. É necessário que os poderes públicos locais voltem o olhar sociológico a essa comunidade que tanto contribui para permanência e arraigamento da cultura afro-brasileira.

Não obstante, o que seria fundamental para a Comunidade Quilombola do Cafundó – e as tantas outras comunidades distribuídas no país – é a criação de um núcleo de estudo que resolvesse não somente a formação fundamental e média da população, mas sim a técnica. São pessoas que geralmente sobrevivem da agricultura familiar e de artesanato, e uma orientação e formação em nível técnico que abranja técnicas de produção, manejo, estocagem, escoamento e até produções artesanais, são imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e sociocultural da Comunidade Quilombola do Cafundó.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Denise. Inclusão educacional e população negra brasileira. In: MOURA, Glória (org.). Educação quilombola, **Revista Salto para o Futuro**, n. 10, p. 34, 2007.

BRASIL. **Portal do sítio eletrônico do Ministério da Educação – MEC**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12398%3Aeducacao-quilombola-escolas&catid=321%3Aeducacao-quilombola&Itemid=684>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. **Portal do sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/brasil500/negros/popnegra.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

BRASIL. **Portal do sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

BRASIL. **Portal do sítio eletrônico da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP**. <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Cafundo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

DIAS, Carlos Henrique Oliveira. Internet: Mocinha ou bandida? **Revista do Professor**, n. 99, p. 54, jul./set., 2009.

FALCÓN, Gustavo. Irmandade da Boa Morte. **Revista Geledés Instituto da Mulher Negra**, n. 32, ago., 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista da UNESP**, v. 3 p. 3, 2005.

FRY, Peter. **Para inglês ver**. Identidade e política na cultura: Mafambura e Caxapura: na encruzilhada da identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 117-120.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; VEIGA, Cynthia Greive (org.). In: CUNHA, Luiz Antônio. **Negros e educação no Brasil. 500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-343.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108, mai./ago., 2000.

LIBÂNEO, José. et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. In: **Organização administrativa, pedagógica e curricular do sistema de ensino**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 239-241.

LIBÂNEO, José. et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. In: **Níveis e modalidades de educação e de ensino**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 251-267.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas de ontem, falares de hoje: inventário geolinguístico. **Revista Gragoatá**, n. 19, p. 193, 2015.

Quilombos, onde a história do povo se casa com a história da terra. **Revista Fatos da Terra**, n. 8, mar./abr., 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Os afro-brasileiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 102-08.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: **Anuário antropológico** 93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 181-91.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. **Cafundó, a África no Brasil**: linguagem e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

Como referenciar este artigo

DIAS, Carlos Henrique Oliveira.; ROSSETTI, Regina.; ROMEIRO, Maria do Carmo. Educação de jovens e adultos na comunidade Quilombola do Cafundó. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1568-1579, out./dez., 2018. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.unesp.v13.n4.out/dez.2018.8845

Submissão em: 04/08/2016

Revisões requeridas: 07/07/2017

Aprovação final em: 20/04/2018